

JOSÉ CASADO

Voto de pobreza

FHC
ESTADO DE SÃO PAULO

Animado pela expectativa de uma inflação inferior a 1% em fevereiro, Fernando Henrique Cardoso fez ontem um discurso dedicado à renovação de uma promessa: "A luta contra a inflação é para valer e não um truque para ganhar eleições".

É pura música para os ouvidos do eleitorado que optou pelo real dando-lhe a Presidência, deixando o candidato na confortável situação de quase dispensado de fazer campanha — foi obrigado a matar o tempo fazendo mímica eleitoral, em poucos palanques, à espera da abertura das urnas.

Mostra que a melodia, as intenções, continuam no mesmo lugar onde estavam na véspera do primeiro turno eleitoral. Como 30 dias são curtos demais para se julgar qualquer governo, tem-se um saldo favorável naquilo que Fernando Henrique Cardoso já mostrou que sabe fazer — entreter a sociedade. Foi assim, por exemplo, que passou oito meses no Ministério da Fazenda de Itamar Franco.

Segurou os índices de inflação pura e simplesmente com música, na forma de sucessivas promessas sobre um plano (o real) para conter a inflação e devolver o País à estrada do desenvolvimento. Ou seja, segurou a inflação apenas com a sua garganta.

Fevereiro está começando da forma como qualquer presidente gostaria: além da baixa inflação, o governo está no domínio da iniciativa na cena política. Promete encerrar a primeira quinzena com uma avalanche de projetos de emendas constitucionais, leis ordinárias e complementares sobre o novo Congresso.

Significa que o governo está trabalhando. Aparentemente, na direção de tornar reais suas promessas de campanha. O resultado dessa produção de estória poderá ser visto e criticado em 11 dias.

Trata-se de uma operação das mais delicadas (para aprovar cada linha de texto na reforma constitucional, o governo precisará de 60% dos votos no Senado

e na Câmara, em dois turnos). A forma e o conteúdo dessa iniciativa governamental tendem a servir de referencial da qualidade da ação e da competência política da gestão Fernando Henrique Cardoso.

O presidente marcou seu discurso de ontem com um voto de pobreza, ao anunciar que enquanto não aumentar o salário mínimo ("enquanto não for possível apagar pelo menos R\$ 100), ele, o vice Marco Maciel e todo o Ministério abrem mão de pouco mais de 30 salários mínimos que o Congresso acrescentou aos seus salários, no mês passado.

É uma atitude inédita. E até simpática, porque traz implícito um convite ao Congresso para que reveja os R\$ 120 mil de salário anual, em 15 parcelas, que deu a si e aos integrantes do Executivo no mês passado.

Além de marcado pelo espírito de solidariedade típico da cultura judaico-cristã, esse gesto sugere algo de fina ironia sociológica em um País com uma concentração de renda tão aguda, que o deixa na condição de quase irmão da africana Burkina Fasso.

Sobretudo, porque Fernando Henrique até

anuncia um aumento do salário mínimo ("para o equivalente a US\$ 100 ou quem sabe R\$ 100"). Só não diz quando. E atrela essa nova promessa ao êxito do próprio governo em conseguir aprovar, no Congresso, a reforma da Previdência Social, que ele também preferiu não dizer como será, no discurso.

Enfim, o presidente está solidário com os pobres, até acenar com algum, mas em futuro incerto e não sabido. O Congresso pode levar muito mais do que 120 dias estimados pelo governo para aprovar o pacote de emendas constitucionais, cujo conteúdo só vai conhecer dentro de duas semanas.

Ontem, a exemplo do que vem fazendo desde que começou sua campanha no governo Itamar Franco, Fernando Henrique Cardoso repetiu sua ária favorita: aquela na qual ele aparece na frente do palco, pedindo à plateia que ponha fé no Fernando.



■ José Casado é jornalista

O presidente está solidário com os pobres, até acenar com algum, mas em futuro incerto